

Sumário

Apresentação de MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE	7
Prefácio de NEREU JOSÉ GIACOMOLLI	11
1. O instituto jurídico da prova no âmbito criminal	19
1.1. Funcionalidade	21
1.1.1. Cognoscitiva-reconstrutiva	40
1.1.2. Persuasiva	45
1.2. O <i>iter</i> probatório	54
1.2.1. Proposição	56
1.2.2. Admissão	58
1.2.3. Produção	62
1.2.4. Valoração	65
1.3. Limitações probatórias: uma breve introdução	70
2. Genealogia da prova ilícita no Brasil	77
2.1. O Código de Processo Penal de 1941 e os influxos até a década de 1980	79

2.1.1. O palco da ideologia autoritária adotada no processo penal do século XX	80
2.1.2. O ambiente da reforma do Código de Processo Penal brasileiro de 1941	86
2.1.3. O livre convencimento motivado e a ausência de previsão específica sobre a tutela da prova ilícita no Código de Processo Penal de 1941	91
2.1.4. O livre convencimento como único eixo de discussão da doutrina e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil	96
2.2. A partir da década de 1980: ao redor do marco constitucional na vedação das provas ilícitas e as complexidades daí decorrentes.....	107
2.2.1. Introdução: a mudança do eixo de discussão, do alcance do livre convencimento para inadmissibilidade da prova .	108
2.2.2. No deslocamento da discussão para a inadmissibilidade da prova: entre o regime de invalidades e a violação a direitos fundamentais	113
2.2.3. A caminhada para a previsão constitucional de vedação da prova ilícita como garantia processual	120
2.2.4. As complexidades da inadmissibilidade da prova ilícita a partir do texto constitucional.....	123
2.2.4.1. O princípio da proporcionalidade como via de admissibilidade de provas ilícitas.....	128
2.2.4.2. A Lei de Interceptações Telefônicas: marco de regulamentação do inciso XII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988	135
2.2.4.3. A Teoria dos frutos da árvore envenenada.....	149
2.2.4.4. Em torno da reforma processual penal de 2008 e as primeiras linhas na legislação infraconstitucional especificamente no tema da ilicitude da prova	153
2.3. Os movimentos reformistas em torno da década de 2010	168

SUMÁRIO

2.3.1. O tratamento da prova ilícita no PL nº 156/2009	169
2.3.2. A exceção de boa-fé no PL nº 4850/16	177
3. Incidente declaratório de ilicitude da prova	187
3.1. Fundamentos e funcionalidade	189
3.1.1. Fundamentos	190
3.1.1.1. Emancipação do instituto da prova ilícita do livre convencimento	190
3.1.1.2. Deslocamento da análise da ilicitude da prova para momento diverso da sentença	200
3.1.2. Funcionalidade	216
3.1.2.1. Necessidade de produção de prova sobre a prova: o contraditório como elemento para a pavimentação do processo incidental	216
3.1.2.2. A imparcialidade como elemento para a descontaminação do julgado	226
3.1.2.2.1. O afastamento do magistrado na legislação infraconstitucional	240
3.2. Antecedentes e natureza jurídica	252
3.2.1. Antecedentes	252
3.2.1.1. Normatividades aproximativas em outros ordenamentos jurídicos	253
3.2.1.2. Aplicação analógica do procedimento de falsidade documental para o incidente de ilicitude da prova no processo penal brasileiro	264
3.2.2. Natureza jurídica	266
3.3. Procedimento	271
3.3.1. Momento processual	273
3.3.2. Legitimidade, ônus da prova e iniciativa probatória do juiz no incidente	274

3.3.3. Suspensão do processo principal	278
3.3.4. Recurso cabível	280
3.3.5. Formação de coisa julgada	284
3.3.6. Destinação da prova considerada ilícita	288
3.4. Proposta de <i>lege ferenda</i>	291
O tratamento processual das alegações de ilicitude da prova: a título de conclusão	295
Referências	301
Anexo A – Lista de legislação e jurisprudência	323